



NÃO À TROIKA EM PORTUGAL: MOVIMENTOS E RESISTÊNCIAS

João Camargo

Activista político contra la *precariedad laboral* y
contra la *austeridad*

RESUMO: Entre 2011 e 2013, as centenas de protestos contra a austeridade tiveram o seu expoente máximo em três manifestações de massas que varreram o país. As políticas de austeridade, face a uma população altamente precarizada, colocam no centro destes protestos os trabalhadores precarizados, o «preariado», que desempenha um papel decisivo.

PALAVRAS-CHAVE: troika, austeridade, protestos, precariedade, Portugal, Que Se Lixe a Troika.

RESUM: Del 2011 al 2013, els centenars de protestes contra l'austeritat van culminar en tres manifestacions de masses que van agranar Portugal. Les polítiques d'austeritat, enfront d'una població molt precaritzada, situen en el centre d'aquestes protestes els treballadors precaritzats, el «preariat», que exerceix un paper decisiu.

PARAULES CLAU: troika, austeritat, protestes, precarietat, Portugal, Que Es Foti la Troika.

RESUMEN: Del 2011 al 2013, los centenares de protestas contra la austeridad culminaron en tres manifestaciones de masas que se extendieron por Portugal. Las políticas de austeridad, frente a una población muy precarizada, sitúan en



el centro de estas protestas a los trabajadores precarizados, el «precariado», que desempeña un papel decisivo.

PALABRAS CLAVE: troika, austeridad, protestas, precariedad, Portugal, Que Se Joda la Troika.

ABSTRACT: Between 2011 and 2013, hundreds of protests against austerity had its peak in three mass demonstrations that spread across Portugal. Austerity policies, facing a highly precarized population, places at the heart of these protests the precarious workers, the ‘precariat’, which plays a decisive role.

KEYWORDS: troika, austerity, protests, precariousness, Portugal, Fuck the Troika.

Ebulição – as movimentações populares e anti-austeritárias em Portugal 2011-2014

A descrição e as análises deste artigo não veiculam as opiniões de nenhuma das organizações envolvidas. São uma amostra da forte agitação que varreu o país em três anos, a qual produziu quatro greve gerais (duas das quais convocadas pelas duas centrais sindicais), as três maiores manifestações das últimas décadas, centenas de greves setoriais e parciais, milhares de protestos locais, setoriais, nacionais e internacionais, ocupações, invasões, conflitos. Este período assistiu à criação de centenas de movimentos sociais, dezenas de iniciativas abrangentes de resistência à austeridade, graves derrotas e importantes vitórias. Faltarão nesta descrição muitas lutas importantes que ocorreram neste período de convulsão histórica. Muito ficará por contar, mas algo pode concluir-se desde já: nada ficou como antes e a ebulição está longe de ter terminado.



Geração à Rasca e o Resgate | Março 2011-Maio 2011

A 12 de março de 2011 abriu-se um novo capítulo na história da luta social em Portugal. Depois de décadas de um domínio absoluto do movimento sindical a nível de protestos populares, um grupo de 4 cidadãos lançou um evento nas redes sociais, chamado «Geração à Rasca». A manifestação que se realizou nesse dia de Março foi, até à altura, uma das maiores desde o período revolucionário em 1974-1975. Foi um protesto com algumas características de ambiguidade política, natural pela novidade da convocatória heterodoxa, mas cujo espírito era claramente contra a política seguida pelo então governo do Partido Socialista, dirigido pelo primeiro-ministro José Sócrates, em particular contra a degradação acentuada da qualidade de vida, a proliferação da precariedade laboral e agravamento das condições de vida e a imposição de sucessivos programas de austeridade, ironicamente chamados de «Programas de Estabilidade e Crescimento» (PEC). Foi, após a Primavera Árabe, o primeiro protesto massivo a ocorrer na Europa, antecipando em poucas semanas o início dos protestos em Espanha, primeiro da «Juventud Sin Futuro» e, de seguida, das «acampadas», principalmente a «Acampada del Sol», em Madrid. Na noite de 12 de março, após a manifestação, o então líder da oposição, Pedro Passos Coelho, do Partido Social-Democrata, anunciou que não aprovaria mais austeridade, rejeitando portanto a aprovação do PEC IV do governo PS. Perante o chumbo de um gravoso programa de austeridade, por parte de toda a oposição, o primeiro-ministro demitiu-se a 23 de março. A data das eleições antecipadas foi marcada para 5 de Junho de 2011.

Nos meses anteriores algumas das elites exultavam a intervenção externa, como o homem mais rico do país, Alexandre Soares dos Santos, que dizia um ano antes do resgate que «seria uma bênção que o FMI entrasse em Portugal». Nos dias antes do pedido de resgate confirmou-se que era a banca a decisora absoluta sobre este tema: a 31 de março, Fernando Ulrich, presidente do BPI, perguntava publicamente «porque é que Portugal não recorreu há mais tempo ao FMI?»; a 4 de abril, Santos Ferreira, presidente do Millennium BCP, diz «ajuda externa é urgente e deve pedir-se já»; a 5 de abril, Ricardo Salgado, presidente do BES, arrematou: «é urgente pedir apoio... já!». A 6 de abril, o primeiro-ministro José Sócrates (que se tinha demitido havia 15 dias e chefiava um governo de gestão) apresentou-se no telejornal e anunciou o «resgate». O



resgate da banca foi pedido em direto na televisão pela banca privada. E foi aceite e iniciado por um governo demissionário.

A banca nacional, financiando-se junto do BCE, comprou dívida pública portuguesa que lhe rendeu grandes retornos a curto e a médio prazo. Depois passou a ser recapitalizada através do dinheiro vindo da troika. As operações em curso, decorrentes do memorando da troika, cifraram-se, entre garantias e aumentos de capital, nos 22,33 mil milhões de euros. Se se juntarem os 6930 milhões de euros do resgate do BPN e os 3 mil milhões de assunção de dívidas dos clientes deste banco pelo Estado, foram entregues 32,3 mil milhões de euros à banca nacional. O Banco Central Europeu forneceu ainda, no pico do empréstimo, em junho de 2012, 60,5 mil milhões de euros à banca portuguesa. Este foi o resgate.

Desde a tomada de posse do governo em junho de 2011, a dívida pública subiu de 94% do PIB para 130% em 2013. O desemprego explodiu e está «oficialmente» nos 15,4%, apesar de já ter estado acima dos 17%. O consumo privado caiu a pique (queda de 5,2% em 2012, segundo o Banco de Portugal), a recessão foi muito maior do que estava previsto (o PIB caiu 3,2% em 2012, segundo o Instituto Nacional de Estatística), todas as previsões económicas e sociais foram negativas, criando uma autêntica hecatombe social. Nada que afligisse a troika. A única previsão que foi preciso manter, as únicas metas necessárias cumprir, diziam respeito aos calendários de privatizações, de despedimentos na função pública, de precarização da força de trabalho pela alteração das legislações laborais e sociais, de aumento dos impostos, de privatização dos recursos naturais e de extinção dos serviços públicos de acesso universal. A parte que interessa cumprir do Memorando é a planificação da economia para a ascensão de um novo tipo de economia e de um novo regime social – o regime da austeridade (Camargo, 2013) – em que se transfere diretamente a riqueza no sentido ascendente, entregando salário direto e indireto (através dos sistemas públicos do Estado Social) às entidades empregadoras, em que se alienam as empresas públicas e os serviços universais, assim como os próprios recursos naturais, a entidades privadas, fundos de investimento e grandes grupos económicos. Para instituir este regime, a democracia tem que ser posta de lado e de facto foi-o, embora se mantenham algumas fachadas. As dívidas e os défices são de pouca relevância quando comparados com a



construção do novo regime. A dívida continua a acumular-se porque continua a ocorrer a transferência da riqueza do povo para as elites (nacionais e internacionais). Quem trabalha é utilizado como moeda de troca, reduzido efetivamente a um bem transacionável, para que continue a ser acumulada riqueza entre as classes dominantes nacionais e internacionais e nos setores não produtivos: finança, banca, seguros e imobiliário.

As reações embrionárias e as primeiras respostas à crise financeira global, desde a experiência Islandesa até às «Acampadas» em Espanha, passando pela Primavera Árabe, o movimento «Occupy» nos EUA e abrangendo ainda o fenómeno do 12 de Março em Portugal, foram sinais extremamente positivos, embora inconsequentes na maioria dos casos. Se nos casos da Islândia, Egito e Tunísia estas movimentações de massas tiveram consequências diretas nos regimes vigentes, derrubando-os e procurando substituí-los/reformá-los, nos casos dos movimentos internacionais das «Acampadas», do «Occupy» e do 12 de Março não se produziram resultados concretos, tendo nos casos português e espanhol contribuído inclusivamente para beneficiar, pelo menos temporariamente, a direita e o Capital, com as vitórias dos governos liberais conservadores de Pedro Passos Coelho em Portugal e de Mariano Rajoy, em Espanha. A natureza destes movimentos foi extremamente positiva e benéfica para a luta de classes e para a sua radicalização, tendo muitas das vezes ocorrido ações e movimentações muito confrontacionais, como a tomada do porto de Oakland ou o impedimento do desalojamento de emigrantes em Madrid. Não sendo ainda inequívoca, mas apenas latente, a natureza anticapitalista destas movimentações, eram já evidentes as características anti-chauvinistas, antissexistas, anti-homofóbicas, internacionalistas, democráticas e antiautoritárias do protesto. Foi um sinal bastante positivo que, 79 anos após a ascensão do autoritarismo na Europa e Estados Unidos durante a Grande Depressão, a primeira grande resposta coletiva e internacional à “crise” e à austeridade tenha sido uma resposta de esquerda. Não foi uma resposta de esquerda pragmática nem esclarecida, mas foi uma resposta de esquerda. O grosso dos participantes nos protestos foram jovens, precários, desempregados, estudantes (Soeiro, 2012), letrados, muitas vezes com instrução superior, com perspetivas goradas de uma vida decente (Camargo, 2013), desde o lumpemproletariado à pequena burguesia. Tal como o sociólogo Ruy Braga viria a dizer, as movimentações ocorridas em resposta à crise foram a ascensão da rebelião do



precariado global (Braga, 2014). Em Portugal essa característica foi bastante clara, tendo o «precariado» liderado os principais protestos em resposta à austeridade, forjando alianças (Soeiro, 2014) ainda que efémeras, com todas as secções em luta na sociedade. Os movimentos de trabalhadores precários foram decisivos, promovendo e muitas vezes dirigindo (Príncipe, 2014) as maiores manifestações nos últimos 3 anos, o período de maior ebulição social em Portugal desde a revolução de 1974.

Das «Acampadas» ao verão morno de 2012 | Maio 2011-Agosto 2012

Após a ocupação das praças em Espanha, em Portugal produziram-se pequenas expressões de solidariedade em moldes similares, especialmente em Lisboa (Acampada do Rossio) e no Porto. A experiência assembleária pública atraiu muitos curiosos e novos ativistas sociais, mas a precariedade das condições do acampamento, assim como o rápido afunilamento dos debates produzidos na praça do Rossio, acabaram rapidamente com as assembleias diárias na rua (que terão atingido, no seu pico, mais de 500 pessoas em assembleia). Não tendo sido uma experiência conclusiva, abriu alguns espaços e permitiu construir a manifestação internacional de 15 de Outubro de 2011, que reuniu algumas dezenas de milhares de pessoas em Lisboa e no Porto (assim como em centenas de cidades por todo o mundo). Para a preparação desta manifestação foram convocadas dezenas de organizações sociais, que constituíram a Plataforma 15 de Outubro. O sucesso da manifestação demonstrou no entanto a fragilidade da coligação. O Partido Comunista estava totalmente ausente da plataforma. Algumas das culturas militantes em presença colidiram com grande violência, ditando o fim agonizante dessa plataforma.

Desde a manifestação de 15 de outubro de 2011 que os protestos em massa foram raros. A espaços houve importantes momentos de mobilização em 2012, de origens diferentes: os médicos juntaram-se contra a destruição do Serviço Nacional de Saúde (Julho de 2012), em março houve uma greve geral, milhares juntaram-se à volta da Maternidade Alfredo da Costa, ameaçada de encerramento, realizou-se a manifestação Primavera Global. A Escola da



Fontinha no Porto, ocupada por um coletivo autogestionado, foi despejada pela polícia de choque, provocando uma resposta em massa de ocupação da escola no dia 25 de abril. Além disso, houve milhares de momentos de resistência, de levantamentos contra a austeridade, contra o concreto das medidas implementadas pelo governo: os utentes da autoestrada pegaram fogo e alvejaram os pórticos das portagens introduzidas na Via do Infante no Algarve, em Viana do Castelo a população saiu à rua contra a privatização dos estaleiros navais, na Covilhã o ministro da economia foi recebido por manifestantes que cercaram o seu carro, o conselho de redação de um dos principais jornais do país, o Público, demitiu-se contra pressões por parte do ministro Miguel Relvas, centenas juntaram-se em frente à residência oficial do presidente da república para lhe oferecer uma moeda de ajuda para as despesas mensais (Cavaco Silva dissera, dias antes, que a sua reforma de 10 mil euros mensais não chegava para as despesas).

Em Dezembro de 2011, realizou-se em Lisboa uma Convenção, com largas centenas de pessoas, que lançou a Iniciativa por uma Auditoria Cidadã à Dívida Pública, com o objectivo de escrutinar o processo de endividamento público e lidar com as questões mais prementes sobre como livrar o país do garrote da dívida pública.

Que Se Lixe a Troika | Setembro 2012-Junho 2013

A primeira manifestação «Que Se Lixe a Troika» foi a 15 de setembro, imediatamente após a 5.ª avaliação da troika, quando o governo foi obrigado pelos credores internacionais a introduzir mais medidas de austeridade para cumprir um défice impossível de cumprir e uma dívida impagável. Foi uma data em que estavam no país os representantes oficiais da troika. Foi uma altura em que, além do governo que executava as ordens, estavam presentes os mandatários máximos do processo «reformador». Os convocadores reconheciam a necessidade de uma cada vez maior articulação internacional com outras organizações e protestos internacionais. O sucesso de iniciativas anteriores tinha demonstrado que era possível fazê-lo (15 de Outubro de 2011, Primavera Global em 2012). A manifestação foi convocada para 15 de Setembro de 2012, por um grupo de 29 pessoas, bastante politizadas e social-



mente ativas, provenientes de vários setores da sociedade, ativistas sociais e artistas, militantes de partidos políticos, professores, músicos, jornalistas, arquitetos, médicos, desempregadas, precários, nacionais e estrangeiros. Do grupo fazem parte militantes e simpatizantes do Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português e Partido Socialista, assim como pessoas sem qualquer ligação a forças partidárias. Estão presentes ativistas de movimentos ligados à economia (ATTAC), ao trabalho (Precários Inflexíveis, Professores Contratados e Desempregados, ComuniDária), à luta antidiscriminação (SOS Racismo, Plataforma Gueto, Panteras Rosa), ao feminismo (UMAR), à luta contra a pobreza e pela habitação (Coletivo Habita). O apelo convocava «todas as pessoas, coletivos, movimentos, associações, organizações não-governamentais, sindicatos, organizações políticas e partidárias». A 7 de Setembro, uma semana antes da manifestação, o primeiro-ministro anunciou o aumento das contribuições dos trabalhadores para a Segurança Social na exata medida da descida da contribuição dos patrões para a Segurança Social. Esta medida, sem qualquer efeito orçamental, transferia diretamente um salário anual dos trabalhadores para os patrões, isto é, a entrega direta de um mês de trabalho gratuito aos patrões, medida conhecida como TSU (Taxa Social Única). Quatro dias antes da manifestação a troika concluiu positivamente o 5.º exame à implementação do memorando pelo Governo Português, apesar de nenhum dos pressupostos ter sido atingido. Foram louvadas as privatizações em curso da companhia aérea nacional e a concessão dos aeroportos, concluía-se que a percentagem de dívida pública em relação ao PIB atingiria um máximo de 124%. O governo anunciava o despedimento de funcionários públicos, preferencialmente de entre os 88 mil trabalhadores precários que o Estado tem ao seu serviço.

A taxa de desemprego em setembro de 2012, oficialmente nos 15,8%, estava na verdade nos 20,25%, isto é, 1 milhão e 119 mil desempregados e desempregadas (Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis, 2012). Desde a chegada da troika até setembro de 2012 houve 316 mil novos desempregados. Perderam-se 16307 empregos todos os meses. Prevendo-se já uma manifestação histórica, o primeiro-ministro desafiou a população em entrevista na televisão pública, declarando que não governava «em função das ações de rua». A 15 de Setembro de 2012 o país manifestou-se em 42 cidades de Portugal e em muitas comunidades de portugueses emigrados. Foi



uma manifestação massiva, estimada acima de 1 milhão de pessoas em protesto nesse dia. Toda a burguesia abanou por esses dias e a imprensa demorou a readaptar-se ao discurso oficial perante a magnitude do que havia ocorrido. Desde exigências de governos de salvação nacional a governo tecnocratas, tudo servia para evitar que fosse ouvido o que a rua tinha pedido inequivocamente nesse dia: o fim da austeridade. 15 de Setembro foi o dia do divórcio absoluto do país com o Governo. A pressão para que não se produzissem quaisquer consequências perante a magnitude dos protestos requereu até a intervenção de Angela Merkel (a 17 de setembro, a Chanceler mandava um recado inequívoco: a austeridade deve continuar, mesmo que países como Portugal tenham de entrar em recessão, é preciso «respeitar o Pacto de Estabilidade, foi para isso que aprovámos o Tratado Orçamental»).

Ao apelo para uma greve geral, lançado no final da manifestação pelos organizadores, a CGTP respondeu com uma manifestação 15 dias depois, também de grandes dimensões, onde foi convocada uma greve geral para dia 14 de Novembro (2 meses depois da manifestação de 15 de setembro), de carácter internacional. No dia 15 de setembro foi convocada imediatamente uma manifestação para uma semana depois, em frente à residência oficial do Presidente da República, onde se reunia o Conselho de Estado. Mais de 10 mil pessoas estiveram presente e a palavra de ordem era Demissão. Perante a falta de resposta concreta às reivindicações de centenas de milhares, o coletivo lançou-se em mais ações, apontando ao pedido de chumbo do Orçamento de Estado e convocando novo protesto para 13 de Outubro, juntando-se mais pessoas, principalmente ligadas às artes, para realizar um protesto cultural chamado: Que Se Lixe a Troika, Cultura é Resistência. Este protesto realizou-se em 22 cidades e juntou milhares de artistas, cantores, atores, dançarinos e muitos outros aos protestos contra a troika e a austeridade.

Nos dias da apresentação e votação do orçamento produziram-se manifestações de menor expressão, sem que nenhuma tenha conseguido reproduzir a força de 15 de setembro. O carácter internacional não foi minimamente aproveitado pelos organizadores da greve geral. A incapacidade de se articular uma greve geral de responsabilidades minimamente partilhadas entre o coletivo do «Que Se Lixe a Troika» e a central sindical CGTP fragilizou o movimento social e enfraqueceu a Greve Geral de 14 de novembro, que após uma



grande manifestação ao final do dia, terminou com a mais violenta carga policial dos últimos anos. Tanto a central sindical como os movimentos sociais não se mostraram à altura dos acontecimentos, não tendo sabido defender os manifestantes e deixando vencer a versão oficial do governo que justificou uma carga avulsa sobre milhares de manifestantes.

No entanto, a 5 de Outubro de 2012 reuniram-se mais de 1700 participantes para lançar o Congresso Democrático das Alternativas, iniciativa envolvendo académicos e ativistas sociais e sindicais, que propõem substituir a austeridade pelo crescimento, denunciando o memorando da troika, exigindo a renegociação da dívida e o derrube do governo. Em novembro produz-se a primeira de várias iniciativas promovidas pelas associações de militares (de Oficiais, Sargentos e Praças) contra a austeridade – a Manifestação da Família Militar. Nessa altura, a luta dos estivadores dos portos do país começa a dar nas vistas, com greves duríssimas e protestos violentamente atacados por governo e entidades patronais. Os estivadores protestam, com grande articulação internacional, contra uma nova lei dos portos, que liberaliza o regime de trabalho nos portos. Esta luta dura meses e é durante algum tempo um dos conflitos mais visíveis contra a austeridade. No entanto o coletivo que convocou a manifestação de 15 de Setembro está num impasse, com as tensões internas a acentuarem-se perante uma desaceleração dos protestos. O lançamento de uma nova manifestação aposta novamente na fórmula anterior, no que diz respeito à marcação de uma data, mas com importantes mudanças a nível da estrutura da convocatória. O segundo protesto terá 120 convocadores, procurando alargar o leque de abrangência para todos os setores em luta, dispersão geográfica (para 15 de Setembro os convocadores eram principalmente de Lisboa) e procurando envolver diretamente setores sindicais. Entre os setores mais presentes no «alargamento» está a cultura e o espetáculo, envolvida com a promoção do «Cultura é Resistência» em outubro, e atores sociais com lutas relevantes recentes, como os estivadores, a comissão de trabalhadores da RTP, os estudantes, os pensionistas ou os enfermeiros. A abrangência regional também é relevante, e pessoas do Porto, Beja, Vila Real, Açores, um pouco de todo o país, estão presentes.

O prelúdio à manifestação de 2 de Março foi o anúncio, feito durante a 6.^a avaliação da troika, da necessidade de 4 mil milhões de euros em cortes



no Estado Social. O número, não justificado, tornara-se uma referência e os governantes repetiam-no em todas as intervenções públicas, acompanhado pela necessidade da «reforma» do Estado, de contornos indefinidos, mas que seriam extensivamente debatidos e divulgados durante o mês de fevereiro. A taxa de desemprego oficial estava nos 16,9% (o que equivaleria a 923 mil pessoas sem emprego), subindo aos 40% para os jovens com menos de 24 anos. O desemprego real estava nos 22,25% (1 milhão 213 mil desempregados) (Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis, 2013). Se fossem adicionadas as pessoas «subempregadas», a taxa de desemprego chegaria aos 25%, atingindo na prática 1 milhão e 500 mil pessoas. Desde a chegada da troika haviam desaparecido 337 mil postos de trabalho.

A senha pública para a manifestação de 2 de março, cantada por subscritores do «Que Se Lixe a Troika, o Povo é Quem Mais Ordena» no Parlamento, foi a mesma utilizada para desencadear a operação que deu origem à Revolução de 25 de abril de 74: a música «Grândola, Vila Morena», de Zeca Afonso. A interrupção do primeiro-ministro no plenário da Assembleia da República correu mundo e rapidamente foi apropriada popularmente, reproduzindo-se em muitas das aparições públicas de ministros e outros membros do governo, sem qualquer tipo de planificação centralizada. O Governo e as suas agências de comunicação estavam totalmente despreparados para estes protestos e não tiveram qualquer capacidade de lidar com os mesmos. Era uma derrota pública de grande dimensão, dificultando a propaganda oficial da austeridade.

Os apoios à manifestação materializaram-se rapidamente: comissões de trabalhadores como as da RTP e da TAP, associações de militares – Associação de Oficiais das Forças Armadas, Associação Nacional de Sargentos, Associação de Praças, a Associação José Afonso, a central sindical CGTP, o Congresso Democrático das Alternativas, o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português, a Confederação Nacional de Associações de Pais, entre muitas outras organizações políticas, associativas e sindicais. O próprio Partido Socialista faria um apelo tímido à participação.

O governo, que deveria ter anunciado os 4 mil milhões de euros de cortes no início de fevereiro, não o fez até ao dia 2 de Março, na expectativa de que o protesto se esvaziasse. Pelo contrário, o protesto, em 41 cidades do país e no estrangeiro, foi de magnitude igual ou superior ao de 15 de Setembro, cul-



minando numa grande exigência de demissão do governo e do fim da austeridade. A organização de marés da Saúde, Educação, Grisolha (pensionistas) e LGBT, embora com alguma expressão, tornou-se irrisória perante a dimensão gigantesca do protesto. A Moção de Censura Popular, lida no final da manifestação, que exige a saída imediata do governo e da troika, foi aclamada pelos manifestantes. O texto foi enviado a todos os meios de comunicação, mas não teve qualquer eco na imprensa.

O coletivo que dirigiu e organizou o protesto foi incapaz de conseguir com que a Moção de Censura Popular se tornasse imediatamente uma ferramenta de mobilização e apropriação pública. Acabou por fazê-lo apenas muito mais tarde, já sem qualquer capacidade de impacte público para manter a pressão até o governo cair. Foi apenas um dos muitos erros que faria no futuro, revelando uma tensão crescente entre os organizadores, que impediu os mesmos de conseguir levar os protestos até ao final. Essa tensão nunca foi tal que pusesse em causa o «coletivo», mas impediu-o de ter a agilidade, a capacidade de leitura política e de preparação conveniente de cenários de vitória. A pressão para a desorganização, a veneração da individualidade absoluta e a prossecução do culto da espontaneidade causou graves danos na capacidade inicial de adaptação e resposta. A capacidade de decisão e a confiança interna baixaram com o sucesso e as decisões tornaram-se mais complexas e de difícil concretização.

Em maio de 2013, o ex-presidente da República foi o principal promotor de uma iniciativa em conjunto com o Reitor da Universidade de Lisboa, Sampaio da Nóvoa, que juntou todos os partidos de esquerda, chamada «Libertar Portugal da Austeridade». Desse evento, bem-sucedido, não resultou qualquer novidade prática.

Do «Povos Unidos Contra a Troika» até ao teatro político da Troika | Junho-Julho 2013

A manifestação internacional de 1 de Junho de 2013, lançada a partir de um encontro em Lisboa a 26 de Abril, conseguiu somar um grande número de convocatórias, em mais de 100 cidades em vários países da Europa, mas foi marcada por difíceis condições de mobilização em todos os países, espe-



cialmente em Portugal. A cooperação de todos os convocadores não esteve sequer próxima daquilo que tinha ocorrido nas manifestações anteriores e o protesto, embora relevante e com uma dimensão inédita de internacionalismo declarado, ficou bastante aquém do que ocorrera em março. Os protestos mais relevantes ocorreram em Portugal, Espanha e França, tendo nesse dia havido centenas de milhares nas ruas, mas sem a atenção da imprensa, que considerou o protesto um fracasso. A perceção do valor potencial desta que tinha sido uma das coligações mais amplas algumas vez constituídas em Portugal manteve o grupo em estado latente (a 26 Outubro de 2013 realizou-se uma nova manifestação em várias cidades do país, chamada «Que Se Lixe a Troika! Não Há Becos Sem Saída», de dimensão razoável, talvez ao nível da de 15 de Outubro de 2011).

Julho de 2013 mudou a face da política em Portugal. Em Junho tinha havido uma importante greve de professores que impediu a realização dos exames nacionais de acesso à faculdade, travada apenas com o recuo do governo. Na última semana de Junho houve uma nova Greve Geral – a 4.^a desde a tomada de posse do governo e a 2.^a convocada por ambas as centrais sindicais, a mais forte das quatro. No dia 1 de Julho de 2013, o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, apresentou a sua demissão. Na carta divulgada à imprensa, falou da pressão gigantesca que sentia e dos dois momentos anteriores em que tinha apresentado a sua demissão ao Primeiro-Ministro: em Setembro de 2012 e Março de 2013, depois dos protestos multitudinários do movimento «Que Se Lixe a Troika». Na carta falava ainda dos erros recorrentes nas previsões macroeconómicas e da falta de força política para continuar as reformas e cortes previstos no memorando. O primeiro-ministro nomeou a secretária de Estado do Tesouro, Maria Luís Albuquerque, para ministra. Esta secretária de Estado estava há vários meses sob grande controvérsia por ter dirigido operações especulativas de swaps financeiros quando tinha liderado uma empresa do Estado, que teriam custado milhares de milhões de euros.

Foi então que caiu a bomba: Paulo Portas, o líder do partido minoritário da coligação parlamentar, o CDS-PP, apresentou a sua carta de demissão. A carta afirmava a irrevogabilidade da sua decisão de deixar o governo, dizendo que «ficar no cargo seria um ato de dissimulação». Portas era o responsável pela apresentação dos cortes de 4,7 mil milhões de euros, que deveriam ter sido



apresentados em Fevereiro. Atribuía a sua decisão à escolha de Maria Luís Albuquerque para dirigir o Ministério das Finanças, já que considerava que era necessária uma mudança em relação à política em vigor da «austeridade a todo o custo». A coligação governamental estava morta. As demissões de duas das maiores figuras do Governo, após a saída dois meses antes do estratega político do governo, Miguel Relvas, anunciavam o final da coligação.

A bolsa caiu e os juros da dívida pública explodiram, enquanto chegavam da Europa as mensagens premonitórias da necessidade de continuação das reformas, custasse o que custasse. O desemprego estava oficialmente nos 17,6%, mas os números reais colocavam-no mais próximo dos 25%, com mais de um milhão e meio de desempregados (ACP-PI, 2013). A previsão da dívida pública para o fim do ano era 138% do PIB (Banco de Portugal). Nessa noite, o primeiro-ministro dirigiu-se ao país na televisão pública, anunciando que não se demitiria e que queria a clarificação dos termos da demissão de Portas, que afirmou simplesmente não aceitar. Nas ruas a manifestação mais visível foi convocada pelos Precários Inflexíveis, chamada «Festa, O Governo Acabou!». O Presidente da República, Cavaco Silva, apoiou a ideia de que era necessário manter a coligação ou qualquer outra solução que mantivesse a «estabilidade», rejeitando o apoio popular e disseminado à demissão do primeiro-ministro e novas eleições. Ex-presidentes da República, ex-líderes dos dois partidos no poder e toda a oposição, sindicatos e movimentos sociais clamavam publicamente pela queda do governo de coligação.

No dia seguinte a bolsa continuava a cair e a dívida pública a subir. A palavra de ordem da burguesia era clara: nem eleições nem demissão (Camargo, 2013 b). A ameaça do segundo resgate foi a tática de medo que venceu. Durão Barroso e Merkel apoiaram o governo e o Presidente da Comissão Europeia concluiu que «os mercados deram uma lição aos portugueses» por causa da crise política. Os mercados não aceitavam a mudança de governo nem o fim da austeridade.

A resposta dos movimentos sociais foi basicamente inexistente e apenas a maior central sindical, CGTP, manteve uma manifestação para a residência oficial do Presidente da República, às 15h da tarde. Esta manifestação, convocada para um local desajustado e a horas inusitadas, não teve adesão popular e desfez-se em menos de uma hora, com uma debandada após os discursos



oficiais. A resistência popular, que meses antes se havia mostrado destemida e audaz, claudicou no momento que lhe era mais favorável. Nessa noite, o primeiro-ministro falou ao país com o demissionário Paulo Portas ao seu lado, anunciando uma remodelação governamental em que o segundo seria promovido a vice-primeiro ministro e responsável pela coordenação das políticas económicas, com o partido minoritário no Governo a melhorar a sua posição com a escolha para ministro da Economia de um dos seus dirigentes, o empresário Pires de Lima. Faltava apenas a ratificação do Presidente da República. Em mais um volte-face, Cavaco Silva, disse que não deviam haver eleições mas não aceitaria a solução proposta pelo primeiro-ministro, tentando forçar o PS a entrar numa solução de «governo de salvação nacional». Esta solução implicava que os três partidos que tinham assinado o memorando com a troika – PS, PSD e CDS:

- Marcariam eleições para Julho de 2014.
- Apoiariam todas as medidas do programa de ajustamento e o pagamento da dívida aos credores internacionais.
- O acordo seria de médio prazo, com as três partes a assumirem nas eleições a manutenção de uma maioria absoluta parlamentar com o pagamento das dívidas públicas e o controlo das finanças públicas.

O programa do presidente era claro: um governo da troika tinha de estar no poder, quaisquer que fossem os futuros resultados eleitorais. Deixou ainda presente a ideia de que se não houvesse um acordo nestes termos, poderia ele mesmo nomear um governo de iniciativa presidencial. O Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português foram excluídos desta proposta, tornando clara a definição de democracia defendida na «Era da Troika». O Partido Socialista acabou por rejeitar a proposta e o presidente da República teve que aceitar a solução do primeiro-ministro. Este episódio destruiu a esperança de milhões numa saída democrática para a crise política, social e económica provocada pela austeridade do governo e da troika. Deixou também claras as debilidades do movimento contra a austeridade: a incapacidade de agir de forma contundente nos momentos em que tal era mais necessário, a incapacidade de prever cenários e de mobilizar sem preparação. A vitória do governo



e da troika neste momento foi também um falhanço da parte dos movimentos sociais e sindicatos.

As eleições da troika e a manifestação proibida

As primeiras eleições da era da troika, as eleições locais de 2013, realizadas em Setembro, resultaram numa derrota histórica do principal partido do governo, o PSD, que perdeu perto de 500 mil votos (passando de 22,95% em 2009 para 16,7% em 2013).

	2009		2013	
PS	37,70%	2084000	36,26% (-1,44)	1812000 (-272000)
PSD	22,95%	1270000	16,70% (-6,25)	834000 (-436000)
CDU (PCP+PEV)	9,75%	539000	11,06% (+1,31)	552000 (+13000)
CDS	3,09%	171000	3,04% (-0,05)	152000 (-19000)
BE	3,02%	167000	2,42% (-0,6)	120900 (-46100)
Independentes	4,07%	225000	6,89% (+2,82)	344500 (+119500)
Abstenção	41,00%	3844000	47,40% (+6,4)	4503000 (+ 659000)

Todos os partidos recuaram, à exceção da CDU (coligação do PCP com o Partido Ecologistas Os Verdes) que subiu de 9,75% em 2009 para 11,06%, assim como os independentes. A explosão de abstenção, cifrada em mais 650 mil abstencionistas em relação a 2009 também foi notória. A isto não deve ser alheia a emigração de mais de meio milhão de portugueses (Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis e Oficina Precária, 2013). O governo sofreu mais uma derrota e a influência do PCP aumentou bastante, com a conquista e reconquista de 34 presidências de Câmara, nomeadamente no sul do país. O PS proclamou vitória apesar de ter perdido quase 300 mil votos. Por outro lado, o BE perdeu 46 mil votos e a única Câmara Municipal que tinha.

No rescaldo da vitória eleitoral do PCP, a CGTP, anunciou que a manifestação que tinha sido convocada para o dia 19 de Outubro, realizar-se-ia atravessando a ponte 25 de Abril, em Lisboa, e a ponte D. Luís, no Porto. Esta manifestação foi perçecionada pelo Governo como um imenso desafio, em



particular em Lisboa: a ponte chama-se 25 de Abril (data da revolução) e foram os protestos nesta ponte que fizeram cair o governo PSD em 1994, então liderado pelo atual presidente da República, Cavaco Silva. Anualmente realizam-se maratonas na ponte, patrocinadas pelas maiores empresas do país, em que dezenas de milhares de pessoas atravessam a ponte. No entanto, o Governo decidiu que havia problemas de segurança e pediu aos sindicatos que desconvocassem a manifestação em Lisboa. A resposta firme da central sindical, rejeitando abdicar de atravessar a ponte criou um clima de tensão, concentrando muita atenção sobre a adesão que teria a manifestação. O governo ganhou no entanto o braço de ferro, com o ministro da Administração Interna a proibir a manifestação por razões de segurança e a CGTP a acatar as ordens do governo, realizando uma manifestação que atravessou a ponte em 400 autocarros alugados. A possibilidade de realizar uma manifestação proibida seria um novo patamar de luta, que os sindicatos da CGTP não aceitaram subir, e que poderia levar ao ressurgimento de elevada tensão social na sociedade, em conflito aberto com o governo. Na semana seguinte a manifestação promovida pelo movimento «Que Se Lixe a Troika» teve algumas dezenas de milhares de participantes, mas não exibiu, de maneira alguma, a potência que havia demonstrado anteriormente.

A força do movimento antiausteridade tocou, neste momento, provavelmente no seu ponto mais baixo desde Setembro de 2012. As direções sindicais, dos movimentos sociais e partidários no campo da luta contra a austeridade demonstraram incapacidade para manter coerentemente a pressão sobre os perpetradores das políticas de destruição, escolhendo, por regra, nos momentos mais decisivos, a defesa em vez da ofensiva. A esquerda e as organizações sociais até ao momento falharam nos momentos-chave, principalmente porque nunca conseguiram prever a amplitude das suas vitórias e nunca tiveram um plano para essas vitórias. O improvisado, a desorganização e o defensismo foram as principais falhas deste movimento amplo que ascendeu desde 2011 a 2013. Os momentos bem planeados, organizados e ofensivos foram, regra geral, os mais bem-sucedidos, muitas vezes com um sucesso além de tudo o que era expectável. Não bastaram para o campo das possibilidades objetivas que se apresentaram mais do que uma vez neste período. O derrube do governo, que constituiria uma derrota histórica da austeridade, esteve mais do que uma vez à mão. A ofensiva conjunta e decisiva nunca foi empreendida, nem



mesmo nos momentos de maior fragilidade. Todos os atores políticos nesta luta, em diferentes graus, manifestantes, ativistas, movimentos, partidos, sindicatos têm responsabilidade por este desfecho. Mas estes mesmos atores políticos são também os responsáveis pela maior ebulição social e política experimentada depois do Processo Revolucionário em Curso, em 1975. E todos estes atores políticos continuam presentes, embora num momento geral de refluxo na resistência social (similar ao que ocorreu em Espanha ou na Grécia). As possibilidades de mudança e de uma vitória sobre a austeridade estão não só presentes, como fortes e mais experientes. Muitas batalhas difíceis foram ganhas, derrubando-se medidas concretas mas, principalmente, provando-se que é possível um espectro de alianças muito mais amplo do que o esperado. Neste momento a balança pende para uma derrota, muito por força da capacidade propagandística do governo e da troika. Se os partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos conseguirem aprender com a experiência dos últimos anos, com as pontes que foi possível construir, com as grandes vitórias e com as grandes derrotas que o histórico movimento antiausteridade produziu em Portugal em tão curto espaço de tempo, as perspectivas podem ser positivas.

2014 e a resistência local

2014 foi anunciado repetidamente pelo Governo português como o ano da retoma económica, mostrando como a máquina de propaganda do governo surgiu rejuvenescida e triunfante depois das colossais ameaças que enfrentou e às quais conseguiu resistir.

Entre o final de 2013 e o início de 2014, os grandes desafios à política de austeridade constituíram-se principalmente em lutas mais específicas e transversais a vários setores: os protestos de militares e polícias sucederam-se, deixando transparecer um elevado desconforto entre as autoridades que garantem o regime; entre os protestos mais visíveis estiveram as manifestações públicas e marchas contra a privatização dos estaleiros de Viana de Castelo, o protesto e boicote dos professores contratados contra as avaliações em todo o país, a greve dos estivadores e a dos enfermeiros da Saúde 24, assim como os



históricos protestos dos bolsseiros de investigação científica perante o corte de 90% das bolsas de investigação.

A preparação do governo para o pretense fim do memorando de entendimento, a ocorrer em Junho de 2014, após as eleições europeias, pretende criar a mensagem elaborada pelos peritos de comunicação que gerem o governo: a «saída da troika», anunciada como uma vitória de PSD e CDS. A realidade é um país extremamente mais pobre, que perdeu uma fatia importantíssima da sua população, dos seus jovens e dos seus quadros técnicos, que emigraram (segundo a Pordata, 101 mil partiram em 2011, 121 mil em 2012 e 128 mil em 2013; o Observatório da Emigração, do governo, tem números mais conservadores mas admite 95 mil partidas em 2014, o que faz com que Portugal seja o país com mais emigração da Europa), a dívida pública está acima dos 130%, o desemprego real está na ordem dos 20,45% (ACP-PI e Oficina Precária, 2013) e cuja maioria das empresas públicas rentáveis foram privatizadas e em que a Saúde e a Educação públicas foram delapidadas quase além do reconhecível. A continuação da austeridade é uma promessa de governo e autoridades europeias, que prometem mais 15 a 20 anos de austeridade. O futuro governo, previsivelmente do Partido Socialista, promete apenas a fórmula utilizada por François Hollande em França ou Matteo Renzi em Itália, da «austeridade inteligente». A resposta popular, adormecida, mantém-se latente.

Referências

- ASSOCIAÇÃO DE COMBATE À PRECARIIDADE – PRECÁRIOS INFLEXÍVEIS** (2012): Análise Desemprego Oficial, Real e Desemprego Jovem, Dezembro 2012, disponível em <<http://www.precarios.net/?p=4148>>.
- ASSOCIAÇÃO DE COMBATE À PRECARIIDADE – PRECÁRIOS INFLEXÍVEIS** (2014): Não Há Saídas Limpas – Análise da Evolução do Emprego, Desemprego e Precariedade durante a vigência do Memorando da Troika, Maio 2014, disponível em <<http://www.precarios.net/?p=10337>>.
- ASSOCIAÇÃO DE COMBATE À PRECARIIDADE – PRECÁRIOS INFLEXÍVEIS E OFICINA PRECÁRIA** (2013): International Press Release 2013 Annus Horribilis for Labour and Precarity, Dezembro 2013, disponível em <<http://www.precarios.net/?p=9220>>.



- BRAGA, R.** (2014): Ruy Braga: «Vivemos a rebelião do precariado global», entrevista à Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis. Disponível em <<http://www.precarios.net/?p=9752>>.
- CAMARGO, J.** (2013): *Que Se Lixe a Troika*, Deriva Editores, Porto.
- (2013 b): «Theaterpolitik of the Troika». En BERGFELD, M. (2014): *Portugal, 40 Years After the Revolution*. Disponível em <<http://mdbergfeld.com/2014/04/portugal-40-years-after-the-revolution-ebook/>>.
- PRÍNCIPE, C.** (2013): «From Mobilization to Resistance: Portugal's Struggle Against Austerity». In BERGFELD, M. (2014): *Portugal, 40 Years After the Revolution*. Disponível em <<http://mdbergfeld.com/2014/04/portugal-40-years-after-the-revolution-ebook/>>.
- SOEIRO, J.** (2012): «Estou aqui por reear o meu futuro. Juventude, precariedade e protesto». *Configurações*, 9, pp. 103-119.
- SOEIRO, J.** (2014): «Da Geração à Rasca ao Que Se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto», *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. xxviii 2014, pp. 55-79.